



Número: **0811755-10.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **2º Juizado Especial Cível da Capital**

Última distribuição : **21/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ERNANDES VICENTE DA SILVA (AUTOR)		FLAVIANA DA SILVA CÂMARA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28508997	21/02/2020 11:17	Petição Inicial	Petição Inicial
28509587	21/02/2020 11:17	Petição	Petição
28514109	21/02/2020 12:21	Certidão	Certidão
28549733	27/02/2020 10:42	Despacho	Despacho
28514588	29/02/2020 21:04	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
28648091	29/02/2020 21:04	CCF21022020	Documento de Comprovação
28648092	29/02/2020 21:05	Petição de desistência	Petição
28688412	29/04/2020 10:41	Sentença	Sentença
30258373	29/04/2020 16:51	Certidão	Certidão

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB

ERNANDES VICENTE DA SILVA, brasileiro, solteiro, assistente administrativo, titular do CPF nº 702.691.294-13, residente e domiciliada na Rua Mano Cavoeira, nº311, bairro: Paratibe, Cidade de João Pessoa-PB, vem por instrumento de procuração inclusa, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, para propor a presente: **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO** – DPVAT em face sob o rito processual da Lei nº. 9.099/95, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, C.N.P.J nº 09.248.608/0001-04**, companhia de seguros participante do Consórcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP:20031205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois A AUTORA não possui condições de arcar com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.

DOS FATOS

A promovente foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões de natureza grave, vindo a cair ao solo, conforme registro do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil, que segue em anexo;

Por ocasião do acidente, a autora sofreu várias lesões que a deixaram com **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR- FRATURA EXPOSTA DO PILÃO TIBIAL DIREITO**, ocorrida no acidente, conforme consta Boletim de Ocorrência Policial, Certidão do Hospital e Laudo do IML anexo, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).



Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Desta forma, provida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 13.500,00(Treze mil e quinhentos reais).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida. Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do



acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do Quantum Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: ***“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento***



explicito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta .”

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$5.000,00(cinco mil reais), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;
- c) A concessão dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
- d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos**, principalmente a prova documental, que segue acostada;
- e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação**, em caso de eventual recurso.
- f) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013**, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.



Dá-se à causa o valor de R\$13.500,00(treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 21 de Fevereiro de 2020.

FLAVIANA DA SILVA CÂMARA

OAB/PB 14.540



EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB

ERNANDES VICENTE DA SILVA, brasileiro, solteiro, assistente administrativo, titular do CPF nº 702.691.294-13, residente e domiciliada na Rua Mano Cavoeira, nº311, bairro: Paratibe, Cidade de João Pessoa-PB, vem por instrumento de procuração inclusa, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, para propor a presente: **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO** – DPVAT em face sob o rito processual da Lei nº. 9.099/95, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, C.N.P.J nº 09.248.608/0001-04**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP:20031205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois A AUTORA não possui condições de arcar com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.

DOS FATOS

A promovente foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões de natureza grave, vindo a cair ao solo, conforme registro do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil, que segue em anexo;

Por ocasião do acidente, a autora sofreu várias lesões que a deixaram com **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR- FRATURA EXPOSTA DO PILÃO TIBIAL DIREITO**, ocorrida no acidente, conforme consta Boletim de Ocorrência Policial, Certidão do Hospital e Laudo do IML anexo, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).



Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Desta forma, provida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 13.500,00(Treze mil e quinhentos reais).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida. Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do



acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do Quantum Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: **“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação**



jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta .”

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$5.000,00(cinco mil reais), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;
- c) A concessão dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
- d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;**
- e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso.**
- f) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico**



Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$13.500,00(treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 21 de Fevereiro de 2020.

FLAVIANA DA SILVA CÂMARA

OAB/PB 14.540





Poder Judiciário da Paraíba

2º Juizado Especial Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, sn, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0811755-10.2020.8.15.2001

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

Assunto: [SEGURO]

Polo ativo: AUTOR: ERNANDES VICENTE DA SILVA

Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, face a ausência de documentos necessários a instrução da demanda, faço conclusão ao MM juiz.

JOÃO PESSOA, 21 de fevereiro de 2020

MARCIA PATRICIA ALVES DA SILVA MARTINS





Poder Judiciário da Paraíba
2º Juizado Especial Cível da Capital

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) 0811755-10.2020.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Emende o autor a inicial para acostar os documentos essenciais à propositura da ação, principalmente documento pessoal, comprovante de residência em seu nome e atualizado, procuração ad judícia atualizada e os demais documentos que fundamentam os pedidos, em conformidade com o art. 320 do CPC, tudo sob pena de extinção sem julgamento do mérito.

João Pessoa, data e assinatura eletrônicas.

Adhemar de Paula Leite Ferreira Néto
Juiz de Direito de 3ª Entrância



em anexo



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Ernandes Vicente da Silva, nacionalidade: brasileiro, estado civil: solteiro, profissão: desempregado, portador do RG nº 003.271.534, CPF nº 569.612.354-68, residente e domiciliada na Rua Jose Barbosa Filho 10/n, boquid, Município de _____-PB.

OUTORGADO: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA, brasileira, advogada inscrito na OAB/PB sob o n.º 14.540, residente e domiciliada nesta Capital, com endereço profissional localizado à Rua da João Machado, nº 399, Sala 4, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba.

PODERES: a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium", em qualquer instância e/ou nos atos extra judiciais nos termos do artigo 38 do Código de Processo Civil Brasileiro, podendo, ainda, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromissos, inclusive de inventariante e, perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, Ministérios, Secretarias, Autarquias, Empresas Públicas, Fundações e quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, Sociedade de Economia mista, conjunta ou separadamente, e substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Ainda pelo presente instrumento, lido e firmado por ambos os contratantes, fica obrigado o outorgante/contratante a pagar a Outorgada os honorários advocatícios pelos serviços prestados, na razão de 30% (trinta por cento), incidente sobre toda vantagem bruta auferida pelo contratante/Outorgante independente de haver honorários de sucumbência, ficando desde logo o M.M. Juízo desde logo autorizado a expedir alvará em separado referente aos honorários contratuais nos termos deste instrumento.

DECLARAÇÃO DE POBREZA

OUTORGANTE: Ernandes Vicente da Silva, nacionalidade: brasileiro, estado civil: solteiro, profissão: desempregado, portador do RG nº 003.271.534, CPF nº 569.612.354-68, residente e domiciliada na Rua Jose Barbosa Filho, Município de _____-PB, e tendo como norte o Art. 5º, inc LXXIV da Constituição Federal e o parágrafo único do art. 2º da lei 1.060, que é pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas, encargos e demais emolumentos processuais caso venham a ser arbitrados sem sacrifício ou prejuízo de sua família tudo em conformidade com o já citado artigo.

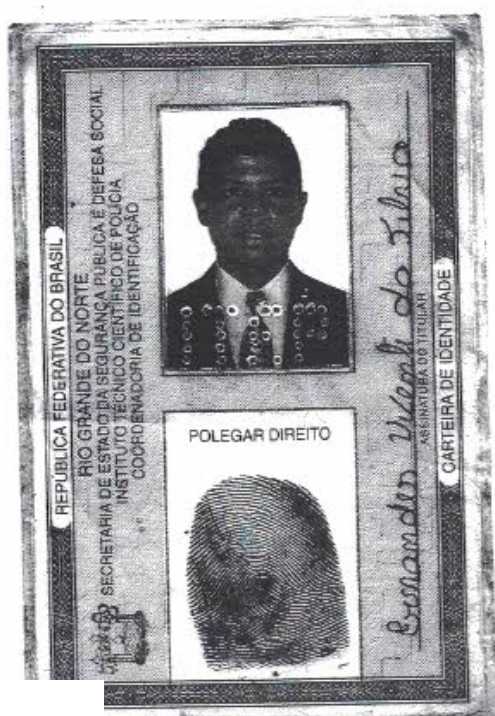
Declara ainda, ser conhecedora da responsabilidade caso este instrumento não reporte com a verdade.

João Pessoa, 12 de março de 2019.

X Ernandes Vicente da Silva









CERTIDÃO

Nº. 1168/2019

Atendendo solicitação de **FLAVIANA DA SILVA CÂMARA** e acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Buritty, certifico a constatação de Ficha Ambulatorial Nº210198 e Prontuário Nº 2019.03.0234 pertencentes ao paciente **ERNANDES VICENTE DA SILVA** requerente que foi atendido dia 03/03/2019 às 03h10min, vítima de colisão moto x carro, apresentando trauma em membro inferior direito.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura exposta do pilão tibial direito. Realizado procedimento cirúrgico dia 03/03/2019 23/04/2019. Com alta médica dia 26/04/2019.

E para constar eu, Fabiana Fernandes de Araújo, Médica, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 22 de julho de 2019

Dr. Fabiana F. de Araújo
CRM/PB 4516



Médica
CRM/PB 4516



20022921040457600000027617206
29/02/2020 21:04:05
FLAVIANA DA SILVA CÂMARA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Ficha Nr: 210198 Atd: Nao Regul
Data: 03/03/2019
Hora: 03:10:02
Recepcionista: MAIZE DE FATIMA GOME
Clinica: ORTOPEdia

DADOS DO PACIENTE

Nome: ERNANDES VICENTE DA SILVA

CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 003271 Fone: 993758326

Natural: CAICARA/PB Data Nasc.: 25/06/1995 Id: 23 ano(s)

End.: LOGRADOURO DE CAIACRA- RUA JOSE BARBOSA FILHO, 41 CPF: 088282274- ORIENTADO SOBRE O CART

Bairro: CENTRO Cidade: CAICARA UF: PB

Mae: MARIA APARECIDA ASCEDIO TARGINO

Pai: JOSE VICENTE DA SILVA

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Ocupação: GARI

Escolaridade: SEGUNDO GRAU COMPLETO

INFORMACOES DE ENTRADA

I.: A MAE

Tr. Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: UNIDADE DE SAUDE H TRAUMA SEN. HUMBERTO LUC

Transporte utilizado: AMBULANCIA

Vitima de acidente por: COLISAO MOTOXCARRO HJ

Vitima de violencia por: AS 21:00 EM LOGRADOURO DE CAICARA

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:

FC: TP:

Peso: Altura:

Glicemia: IMC:

Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[X] Regular [] Chocado
[] Vomito

Observacao

PACIENTE ENCAMINHADO DO TRAUMA

Queixa Principal

PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO COM FX DE
TIBIA

Historia Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Acidente às 21:00, Paciente estava fazendo uso de

bebida alcoólica; Ven encaminhado do hospital ao trauma

Diagnostico

Prescricao

Conduta

Horario da medicacao

Exatam 100mg 1x ao dia

At bloco cominica

Dr. Thales Couceiro
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 6876

Data e Hora | PRESCRIÇÃO (assinatura e carimbo)

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao
				03:45 Pac. transferido p/ o Centro cirurgico p/ tratamento cirurgico

Joseane Borges da Silva
COREN-PB 86718-TE

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

Residencia ☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI
Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico



Antecedentes Pessoais e Hábitos:

Doenças Anteriores: _____

Alergias: _____

Cirurgias: _____

[] HAS [] DM [] TB [] HEP [] Dislipidemia [] Banho de Rio [] Casa de Taipa [] HTF

[] Trauma [] Neo [] Tabagismo _____

[] Alcoolismo _____

Exercício Físico: _____ Alimentação _____

Antecedentes Familiares:

HAS _____ DM _____ TB _____ NEO _____

Dislipidemias _____

Exame Físico:

Peso: _____ Kg Altura: _____ m IMC = _____ PA = _____ mmHg

FC = _____ FR = _____ TEMP(°C) = _____

Geral: _____

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): _____

Gânglios: _____

Pele: _____

ACV: _____

AR: _____

ABD: _____

AGU: _____

SME: _____

SN: _____

Resultados de Exames Complementares: *AX*

Hipóteses Diagnósticas: *Lesão Patológica Comum 1/3 Bimil nos*

Assim no Bimil

Conduta: *Controle do dano com fixação Rômulo*

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: _____ Data da Admissão: 08/03/19
Prontuário: _____ Idade: _____ Enfermaria: _____ Leito: _____
Nome da Mãe: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Fone: _____ Profissão: _____
Sexo: F () M () Cor: _____ Estado Civil: _____ Religião: _____
Escolaridade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

QPD: _____

ADA: _____

*Atendimento de rotina em
clínica geral e exames de
laboratório de rotina.*

Medicações em uso: _____

Interrogatório Sintomatológico:

Geral: ☐ Febre ☐ Astenia ☐ Anorexia ☐ Perda de Peso ____ Kg em ____ ☐ Prurido ☐ Sudorese
☐ Calafrios ☐ Alopecia ☐ Adenomegalias ☐ Icterícia ☐ Tonturas ☐ Outros: _____

Pele: _____

Cabeça e Pescoço: ☐ Cefaléia ☐ Espirros ☐ Rinorréia ☐ Obstrução Nasal ☐ Epistaxe
☐ Dor de Garganta ☐ Bócio ☐ Rouquidão ☐ Disfagia ☐ Audição: _____ Visão: _____

AR e ACV: ☐ Dor _____ ☐ Tosse ☐ Expectoração ☐ Hemoptise
☐ Dispneia ☐ Palpitações ☐ Desmaio ☐ Cianose ☐ Edema _____ Outros: _____

ABD: ☐ Dor _____ ☐ Pirose ☐ Solução ☐ Regurgitação ☐ Hematemese ☐ Náuseas
☐ Vômitos ☐ Dispepsia ☐ Diarréia ☐ Melena ☐ Enterorragia ☐ Constipação ☐ Aumento de volume

AGU: ☐ Disúria ☐ Incontinência ☐ Retenção ☐ Poliúria ☐ Oligúria ☐ Noctúria ☐ Hematúria
☐ Mal Cheiro ☐ Corrimento ☐ Outras: _____

SME: ☐ Dor _____ ☐ Rigidez pós-reposouso ☐ Deformidades
☐ Artralgia ☐ Calor ☐ Rubor ☐ Edema ☐ Crepitação ☐ Fraqueza ☐ Atrofia ☐ Espasmos

SN e PSQ: ☐ Insônia ☐ Sonolência ☐ Convulsões ☐ Motricidade e Sensibilidade
☐ Amnésia ☐ Libido ☐ Humor _____

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <i>Benjamin VICENTE DA SILVA</i>				Registro:	
Idade:	Sexo:	Cor:	Clínica:	EMP:	LR:
Data: <i>03/03/18</i>	Cirurgião: <i>Thales Couzatto</i>			1º Assistente: <i>Wesley</i>	
2º Assistente:		3º Assistente:		Instrumentador: <i>ELISA</i>	
Anestesista: <i>Marcelo</i>		Tipo Anestesia: <i>Ramifuma</i>		Horário: I:	T:
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO				CID	
<i>Fratura exposta comitida com perda de substância óssea do 1/3 distal dos ossos da perna direita</i>					
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO				CID	
<i>O mesmo</i>					
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)				CÓDIGO	
<i>Fixação externa com controle do dano</i>					
Acidente durante Ato Cirúrgico 1 () Sim 2 () Não				Descreva:	
Biópsia de Congelação: 1 () Sim 2 () Não					
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico: 1 () Enfermaria 2 () Terapia Intensiva 3 () Residência 4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico					

Dr. Thales Couzatto
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 8876

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 29/02/2020 21:04:05

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022921040457600000027617206>

Número do documento: 20022921040457600000027617206

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA	
Posição e Preparo:	
	1. Anterior + Lavagem extensiva
Incisão:	Com J.F. gai.
	2. Lavagem extensiva Com J.F. gai.
Achados:	Do FOCO DE FRATURA
	3. Fixação externa para controle
Conduta:	do Dano ossos da perna
	(Fixação Trans Articular pela condra
	do 1/3 prox)
	- Sutura da Ferida Aberta e
	Fixação do 1/3 prox da perna
Fechamento:	
	- Sutura do antebraço direito
OBS:	

Data:

03/03/19 05:33

MÉDICO/CRM

Dr. Thales Couceiro
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 9876

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.

Nome: ERNANDES VICENTE DA SILVA			Registro:	
Idade: 23a	Sexo: Masc	Cor:	Clínica: Ortopedia	EMP:
Data: 23/04/2019			Cirurgião: DR. GERSON	
1º Assistente: VALDEBAN R2			2º Assistente:	
3º Assistente: VOLGRAM			Instrumentador: ANA	
DIAGNÓSTICO(S) PRÉ-OPERATÓRIO				CID
Fratura CONSOLIDADA VICIOSAMENTE do Píleo Tibial Direito				S82.3
DIAGNÓSTICO(S) PÓS-OPERATÓRIO				CID
O mesmo				
PROCEDIMENTO(S) CIRÚRGICO(S)				CÓDIGO
Osteossíntese de Fratura do Píleo Tibial e Fíbula				
Acidente durante Ato Cirúrgico: 1 () Sim 2 (X) Não				
Descreva:				
Biópsia de Congelação: 1 () Sim 2 (X) Não				
Encaminhamento do paciente após Ato Cirúrgico:				
1 (X) Enfermaria 2 () Terapia Intensiva 3 () Residência 4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico				



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Paciente em decúbito dorsal sob anestesia

Assepsia + Antissepsia

APOSIÇÃO DE GARROTE EM MID

Aposição de campos cirúrgicos estéreis

Incisão:

Incisão em 1/3 distal de osso da perna direita e face lateral de tornozelo direito

Dissecção por planos

Hemostasia com eletrocautério

Achados:

Visualização de foco de fratura COM CONSOLIDAÇÃO VICIOSA da tibia e da fibula distal

Conduta:

Realizada OSTEOTOMIA DE FIBULA DISTAL

Aposição de 01 placa 1/3 DE CANO 3.5mm + PARAFUSOS CORTICAIS E ESPONJOSOS

Aposição DE FIXADOR EXTERNO HÍBRIDO EM TÍBIA DIREITA

Realizado RX controle

Fechamento:

Fechamento de planos

Curativo

OBS:

Data: 23 / 04 / 2019

Dr. Valdeban Carvalho Jr.
Médico - CRM 7692
MÉDICO/CRM





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA

Secretaria Municipal de Saúde
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA/ATENDIMENTO USB 01



- IDENTIFICAÇÃO/OCORRÊNCIA				PACIENTE/USUÁRIO		IDADE	SEXO:
DATA	HORA	Nº ID					
02-02-2020	21:45	0366837	Francisco Vicente da Silva		22	M	F
LOCAL DA OCORRÊNCIA			Bairro		MÉDICO REGULADOR		
Av. Francisco Gomes			Centro		Falcão		
APOIO LOCAL: () PM () RESGATE/BOMBEIROS () PRF () CPTRAN () OUTRO:							
CINEMÁTICA: 1 () ACIDENTE C AUTOMÓVEL () CAPOTAMENTO () COLISÃO () FRONTAL () LATERAL () TRASEIRA / USO DE CINTO DE SEG. - () SIM () NÃO () IGN							
AIR BAG - () SIM () NÃO () ACIDENTE COM MOTO - USO DE CAPACETE () SIM () NÃO / NÚMERO DE VÍTIMAS NO LOCAL: 3 () QUEDA - ALT. APROX. /							
() JFAB () JFAP () JFEP () FET () EMPALA () AGRESSÃO FÍS. () ESPANCAMENTO () QUEIMADURA: AGENTE - () AFOGAMENTO () OUTRO							
VÍTIMA ENCONTRADA: () DENTRO DO VEÍCULO () FORA DO VEÍCULO () PROJETADA () ENCARCERADA () DECÚBITO LATERAL () DORSAL () VENTRAL							
() SENTADO () DEAMBULANDO () SOCORRIDA POR TERCEIROS () CAPACETE RETIRADO POR TERCEIROS							
EXAME FÍSICO				ESTADO INICIAL			
A V A () LIVRE () OBSTRUÇÃO PARCIAL () OBSTRUÇÃO TOTAL () CORPO ESTRANHO				CRÍTICO GRAVE MODERADO LEVE			
B R S () BRONCOASPIRAÇÃO () JEDEMA DE GLOTE				INSUFICIENTE ESTÁVEL			
C I R C () NORMAL () BRADIPNEIA () TAQUIPNEIA () APNEIA () DISPNEIA () RESP. RUIDOSA				SINAIS VITAIS E PARÂMETROS EVOLUTIVOS			
A D O R () HEMOPTISE () TOSSE PRODUTIVA / VENTILAÇÃO: () ESPONT. () VENT. ASSIST				HORA 22:00 23:10			
N E U R () AUSC. PULM.: () MV () JRA - () CREPTOS () SIBILOS () RÔNCOS				PA mmHg 130/90 130/80			
E X P () MV DIMINUI. () AUSÊNCIA DE MV () EXPANSIBILIDADE () BILATERAL () IRREG				FR ipm 22 20			
() ENFISEMA SUBCUTÂNEO () DESVIO DE TRAQUEIA				FC bpm 84 80			
PULSO: () BILATERAL () CHEIO () FILIFORME () AUSENTE () REG () IRREGU				SPO2% 93 95			
PELE: () PÁLIDO () CORADA () ÚMIDA () SECA () FRIA () QUENTE () PEGAGOSA				T ax °C 36,5 -			
() SUDOREICO () CIANÓTICO () PERFUSÃO ENCH. CAP.: () > 2S () < 2S				HGT mg/dl 236 -			
() HEMORRAGIA: () ITURG. JUGULAR () NORMOCÁDICO () BRADICÁDICO				ECG -			
() TAQUICÁDICO () NORMOTENSO () HIPOTENSO () HIPERTENSO () PCR () CHOQUE				APGAR -			
() INCONSCIENTE () ORIENTADO () CONFUSO () DESORIENTADO () HAL. ETILICO				PROCEDIMENTOS REALIZADOS			
() AGITADO () SONOLENTO () OBNUBILAÇÃO				O: 1/min () CAT. NASAL () MR () BVM () ML () CT			
ABERTURA OCULAR				() CAN. OROF. () ASPIRAÇÃO DE VVAA () ELEVACÃO DE			
ESPONTÂNEA				DECÚB. () SNG () SVD			
A VOZ				CURATIVO: () COMPR () SIMPLES () TORNIQUETE			
A DOR				() IRRIG. OCUL () IMOBILIZAÇÃO: TALAS DE EXTRE -			
NENHUMA				LOCAL: () KED () PRANCHA RÍGIDA () COLAR			
RESPONSA VERBAL				CERV - TAM: 7 () ESTABI. LAT. DE CABE () TRAÇÃO			
ORIENTADA				DEFÊMUR () IMOBIL. DE OBJ. IMPALA () RETIR. RÁDIDA			
CONFUSA				AVP ABOCATH N° 18 LOCAL: MSE			
PALAVRAS INAPROPRIADAS				OUTROS:			
PALAVRAS INCOMPREENSÍVEIS							
NENHUMA							
RESPONSA MOTORA							
OBEDECE A COMANDOS							
LOCALIZA DOR							
MOV. DE RETIRADA							
DECORTICAÇÃO							
DESCEREBRAÇÃO							
NENHUMA							
PUPILAS: () MÍDRIASE () MIOSE () ANISOCORIA () ISOCORIA () REAG () NÃO REAG				TERAPÊUTICA INSTITUÍDA			
() DEFICIT MOTOR () DEFICIT SENSITIVO () CONVULSÃO				MEDIÇÕES/ SOLUÇÕES DOSE/ VOLUME VIA DE ADM HORARIO			
LESÕES				5 RL 20ml EV 22:10			
CRA FAC TOR CO PÉL MSD MSD MID MIE				Amoxicilina 500mg EV 11:11			
ESCO				Keflex 500mg EV 11:11			
CONTU							
LUXA							
FRATU							
AMPU							
LACER							
EDEM							
HEMA							
() NORMOTERMIA () HIPOTERMIA () HIPERTERMIA							
ABDO () NORM () DISTENDIDO () DOLOROSO - LOCAL:							
CAB PESC TANT TPOS PERI MSD MSE MID MIE							
QUEI I							
II							
III							
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM							
HISTÓRICO: () DIABETES () HAS () CARDIOPATIA () TABAGISTA () ETILISTA () ALERGIAS:							
MEDICAMENTOS EM USO: ANTECEDENTES FAMILIARES:							
QUEIXAS: DOR MLD () PARESTESIA () PLEGIA () PARESIA () OUTRAS:							
DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM: () PADRÃO RESP. INEFICAZ () RIS. PARA ASPIRAÇÃO () VOLUME DE LIQ. DEFICIENTE () RIS. PARA FUNC. RESP. ALT. () PERF.							
TISSULAR INEF. PERIFÉRICA () PERF. TISSULAR INEF. CEREBRAL () PERF. TISSULAR INEF. GI () RIS. P VOL. DE LIQ. DEFIC () PERCEPÇÃO SENSORIAL PERTURBADA							
() RIS. P DISFUN. NEUROVASCULAR PERI. () DOR AGUDA () CONFUSÃO AGUDA () RIS. P TEMP. CORPO. DESEQUI. () INTEGRIDADE DA PELE PREJU.							
() INTEGRIDADE TISSULAR PREJU. () IMOBILIDADE FÍSICA PREJU. () RISCO P TRAUMA () RISCO P INFE. () RISCO DE CHOQUE () HIPOTERMIA () HIPERTERMIA							
() RIS. DE DHE () NAUSEA () ANSIEDADE () MEDO OUTROS:							
RELACIONADO A/EVIDENCIADO POR: Rêgelo Verbet + Fratura exposta							
IMPLEMENTAÇÃO DA ASSIST. /EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM: Ref. vítima exposta de moto, encontrada							
inconsciente e com fratura exposta de membro superior direito, apresentando lesões							
traumáticas e sinais de vida, sendo encaminhado para o Hospital de Referência em Jaboatão							
LOCAL DE DESTINO: HETS/12							
RESPONSÁVEL: Dra. Monize Spazzapan Martins							
FUNÇÃO: Médica Residente - Cirurgia Geral							
CRM-PB 11490							
EQUIPE							
ENFERMEIRO: Falcão							
COREN: 530162							
TÉC. ENFER. COREN: CONDUTOR: Falcão							



TERMO DE RECUSA

DECLARO PARA TODOS OS FINS QUE ESTOU RECUSANDO O ATENDIMENTO DISPONIBILIZADO PELO SAMU/CAIÇARA - FB, NESTA OPORTUNIDADE.

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL: _____

TESTEMUNHA 01: _____

TESTEMUNHA 02: _____

R.G.: _____

PERTENCES DO PACIENTE _____

ASSINATURA DO RECEPTOR: _____

FUNÇÃO: _____



ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Ernandes Vicente Silva portador(a) da identidade RG _____, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 10 horas, portador(a) da patologia CID-10 J93.2/582.2, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 90 (noventa) dias, a partir desta data.

João Pessoa, 02/09/2019

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo o(a) Dr.(a) _____, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA - PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-354, Mangabeira II, João Pessoa - PB





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO 2º JUIZADO DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB**

Processo nº: 0811755-10.2020.8.15.2001

ERNANDES VICENTE DA SILVA , já qualificada nos autos da ação em epígrafe, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT que move em face do SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, por sua advogada que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer a desistência da presente demanda.

Desta feita, pugna o promovente pela extinção do processo sem resolução do mérito nos moldes do art. 267, VIII do CPC; e sem o pagamento de custas e taxas judiciais, já que o autor é beneficiário da justiça gratuita.

Termos em que,
Pede deferimento.

João Pessoa, 29 de fevereiro de 2020.

FLAVIANA DA SILVA CÂMARA
OAB/PB 14.540



0811755-10.2020.8.15.2001

AUTOR: ERNANDES VICENTE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

EXTINÇÃO SEM MÉRITO – Pedido de desistência. Extinção sem resolução do mérito. Hipótese do art. 485, VIII, do CPC.

Vistos, etc.

Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

Passo à decisão.

Verifica-se que a parte promovente não possui interesse no feito, uma vez que requereu a desistência. Iniciando-se a ação pelo interesse e provocação da parte autora, não pode esta prosseguir quando desaparece este interesse, manifestamente exteriorizado no pedido de desistência.

Ex positis, atento ao que mais dos autos consta e aos princípios de Direito aplicáveis à espécie, com fulcro no art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil, DECLARO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Sem condenação em custas e honorários advocatícios por força da primeira parte do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Certifique-se o trânsito em julgado e archive-se os autos.

João Pessoa, data e assinatura eletrônicas.

Adhemar de Paula Leite Ferreira Néto

Juiz de Direito de 3ª Entrância

Certidão

Certifico que a sentença transitou em julgado.
Arquivo o feito.